Esclarecimento a respeito das medidas socioeconômicas do Governo

|  |
| --- |
| AUDIÊNCIA PÚBLICA - CAE |

Como resultado de uma série de Requerimentos dos Senadores Lindbergh Farias (PT/RJ), Gleise Hoffmann (PT/PR) e Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), a audiência pública tem como convidado o Ministro da Fazenda Henrique Meirelles e tem o intuito de que sejam esclarecidos, pelo ministro, as medidas socioeconômicas tomadas pelo Governo Federal, no que diz respeito à volta do Brasil ao Mapa da Fome da ONU; vetos na Lei de Diretrizes Orçamentarias; crise fiscal; privatizações e outros assuntos relacionados a economia brasileira.

O Ministro da Fazenda inicia dando um breve panorama de como estava o país no início do governo, maio de 2016, e depois relatou as mudanças e a melhora ocorrida no país após a implementação das Reformas Econômicas. Ressaltou também o forte desempenho comercial do Brasil e o grande influxo de investimentos estrangeiros.

Durante essa apresentação, Meirelles enunciou sobre a estratégia do Ajuste Fiscal, que é o corte anual de despesas sem aumento da carga tributária. Alguns ajustes estão sendo feitos visando a correção de algumas distorções. Um exemplo disso é a proposta da tributação de fundos exclusivos (são fundos de investimento apenas para investidores de grande porte e que têm uma tributação mais favorecida que a dos fundos abertos) que visa a criação de uma isonomia no mercado. Outro ajuste é a política de desoneração de folhas de pagamentos, visando aumentar o emprego, porém que ainda não foi bem-sucedido. Além disso, já foram feitos cortes expressivos nas despesas discricionárias, porém o ajuste tem que vir por mudanças nas despesas obrigatórias, em especial na previdência social.

O Ministro também ressaltou a existência de uma evolução nos gastos primários do governo. Decidiu por começar sua análise em 1997, e percebeu que desde então houve aumento constante em todos os governos, ocorridos por causa dos gastos obrigatórios definidos pela Constituição.

Outro ponto ressaltado por Meirelles foi a piora do Brasil em diversos índices (como o desemprego, a queda da renda e o aumento da inflação) em função da recessão que o Brasil passou. Para contornar essa situação o governo está adotando políticas que visam a volta do crescimento do país, a criação de emprego, o controle da inflação e o aumento do poder de compra dos trabalhadores.

Após a apresentação do Ministro da Fazenda foi feita blocos de perguntas. O primeiro foi realizado por internautas, pelos senadores Otto Alencar (PSD/BA), Armando Monteiro (PTB/PE) e Ricardo Ferraço (PSDB/ES). Aos internautas, Meirelles declarou que quando afirmam que o cálculo da previdência seria um superávit é porque não está incluída na conta o déficit da previdência dos servidores públicos, além de agregar a esse cálculo as receitas da saúde e da assistência social. Em relação a questão do salário mínimo, o Ministro afirmou que a fórmula do cálculo é estabelecida por lei e tem base o INPC e o crescimento do PIB.

Ao Senador Alencar o Ministro respondeu que não é permitido por lei o Banco Central financiar o Governo Federal, portanto, não se pode utilizar as reservas internacionais para aplicar em ações do governo, como terminar obras inacabadas. A melhor solução é controlar o crescimento das despesas obrigatórias, para no futuro o país ter condições para realizar aplicações em obras e outros investimentos, e, no caso de grandes obras, realizar privatizações e concessões.

Ao Senador Monteiro, Meirelles concordou que a diferença entre o teto e as despesas obrigatórias mais discriminarias mínimas está diminuindo gradualmente, mas ressalta que só será possível a constatação da necessidade de outras medidas para amenizar essa diminuição por meio de uma análise das questões das receitas e da margem tributária depois da aprovação da reforma final. Em relação a agenda microeconômica aponta que é fundamental para o país a aprovação das medidas constantes da agenda microeconômica. Para o Senador Ferraço, o Ministro explanou que a queda do juro real depende do prosseguimento e da consolidação das reformas e da trajetória da dívida pública brasileira.

No segundo bloco de perguntas o Senador Lidnbergh Faria (PT/RJ) afirmou que não vê a economia se recuperando; apontou a baixa dos investimentos do BNDS no ano de 2016 e as previsões de 2017 até 2020; opinou que a ação do governo de apropriação em relação ao BNDS é antecipação de recursos, o que em sua avaliação é considerado pedalada fiscal. Ressaltou também que o ajuste está sendo feito em cima dos mais pobres, e criticou a falta da questão de uma possível volta do Brasil ao Mapa da Fome na apresentação do Ministro e indagou o porquê do Meirelles não ter sido chamado para depor no caso da JBS, já que ele fazia parte do conselho.

Na segunda parte da audiência, em que o Ministro há de prestar esclarecimentos, começa discorrendo sobre o crescimento da economia comparando o ano de 2016 e de 2017, assim, expõe que em uma avaliação trimestral entre o último trimestre de 2016 e o primeiro de 2017 houve um crescimento de 1% sendo 0,8% proporcionado pelo setor agrícola e 0,2% pelos demais setores da economia (indústria, serviços etc.). Já no segundo trimestre de 2017 houve o mesmo crescimento de 1%, porém, houve expansão na participação dos setores de indústria e serviços para 0,4%, e uma retração na participação da agricultura por questões de sazonalidade. Com isso, o ministro argumenta que o crescimento da indústria e serviços representa aumento na geração de empregos, e prevê que haja uma expansão desses setores.

Adiante, Meirelles responde questionamentos referentes aos programas sociais do governo, de forma a explicar os recentes acontecimentos relacionados ao descadastramento de beneficiários do Bolsa Família. O ministro explicou que esses descadastramentos são resultado de auditorias que constataram fraudes no programa, e deixou claro que não existe cortes no programa e que existe expansão nos cadastros dentro dos critérios técnicos. Dessa forma, o ministro prossegue explanando que os ajustes e contenções de despesas do Governo não são às custas da população menos favorecida, e sim em cima de cortes de despesas desnecessárias e de reformas econômicas. Indagado a respeito da possível volta do Brasil ao Mapa da Fome da ONU, Meirelles explicou que isso é um reflexo da crise, que segundo o ministro é a maior da história do Brasil e foi causada não por uma situação externa que abalou o país, mas sim por uma série de medidas desastrosas adotadas pelo governo anterior. Assim, o governo tem combatido essa situação propiciando a criação de empregos e controlando a inflação, que, segundo o ministro, são as melhores formas de reverter a pobreza.

O ministro foi questionado a respeito de sua trajetória no setor privado e discorreu sobre suas passagens em empresas estrangeiras, deixando claro a regularidade de seus ganhos e a transparência no exercício de funções no setor público. Uma das mais fervorosas críticas foi a de Gleise, que afirmou que diferentemente do ex presidente Lula, Meireles nunca passou fome, e é por isso que não se compadece com a problemática.

Adiante Meirelles tratou sobre como seria a política do Governo a respeito da taxação de ganhos gerados por variações cambiais positivas com empresas estrangeiras. O ministro explanou que o governo também não será responsável pelo *hedge* cambial, de forma que o investidor terá que arcar com seus próprios riscos.

Meirelles abordou a proporção entre a dívida bruta e as reservas nacionais, afirmando que essas dividas correspondem a 37% das reservas nacionais, mas que essas reservas não podem ser utilizadas para pagamento de dívidas pois a lei não permite, e mesmo que permitisse, isso prejudica a credibilidade do país e causa déficit primário futuro.

O ministro inicia então a tratar sobre as políticas fiscais do governo, assim, ele explana sobre as desonerações tributárias, afirmando que essas desonerações são necessárias para que haja impulso na economia, mas que havendo a situação deficitária dos cofres públicos o governo não pode abrir mão de recursos. Dessa forma, Meirelles afirma que serão mantidas as atuais desonerações, mas fala que não haverá novas. O ministro falou ainda sobre a intenção do governo de criar mecanismos de transparência a respeito das desonerações e também que a **meta fiscal será cumprida, sem risco de não cumprimento.**

Por fim, Meirelles disse que o governo tem trabalhado pela isonomia tributária com relação a investimentos nacionais e estrangeiros e que tem impulsionado esses investimentos diminuindo a inflação, fortalecendo a segurança jurídica e diminuindo juros. Pontuou que o governo está esperando e observando sobre como procederá perante a tramitação da reforma da previdência no legislativo.

Durante as falas do Ministro, as senadoras Vanessa Grazziotin e Gleise Hoffmann criticaram duramente as medidas do governo.